

**MÍDIA E DISCURSO:  
SOBRE A POLÊMICA EM TORNO DO VERBETE *CIGANO* DO DICIONÁRIO  
HOUAISS**

Sâmela LEMOS-ROSA  
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão  
[samelalr@gmail.com](mailto:samelalr@gmail.com)

Erislane Rodrigues RIBEIRO  
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão  
[erislane@bol.com.br](mailto:erislane@bol.com.br)

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo apresentar nossa pesquisa de iniciação científica, intitulada “Quando o dicionário é notícia: discursos na mídia sobre a polêmica em torno do verbete cigano do dicionário Houaiss”, orientada pela professora Dra. Erislane Rodrigues Ribeiro. Nosso propósito com esta pesquisa é ler e analisar comentários postados por leitores da revista *Veja*, publicados em 2012, levando em conta suas condições de produção, com a finalidade de observar quais são os discursos correntes relacionados à polêmica em torno do verbete cigano do dicionário *Houaiss*. Para tanto, tomamos como base teórica a questão do dialogismo de acordo com o proposto pelo Círculo de Bakhtin, bem como as discussões sobre a linguagem politicamente correta, promovidas pela Pragmática e pela Análise do discurso. A partir das análises, preliminarmente desenvolvidas, chegamos ao resultado parcial de que, apesar de ultimamente ter havido várias iniciativas que se apoiam no discurso do politicamente correto, a maioria das pessoas que se posicionam a partir da revista *Veja* coloca-se contra tais iniciativas retomando, especialmente, o discurso segundo o qual não se deve (ou não surte efeito) cercear a liberdade de expressão dos indivíduos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mídia; Discurso; Politicamente correto; Cigano; *Houaiss*

## 1. Introdução

Hoje em dia, vivenciamos um momento na História em que as discussões sobre o politicamente correto estão muito frequentes, sobretudo no que concerne ao problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas “diferentes” mediante o uso de determinadas palavras que veiculam concepções preconceituosas. A todo instante buscam-se medidas e soluções que possam contornar tal problema. E um exemplo dessas ações inclui-se a observação dessas palavras e até a proibição do uso de determinados vocábulos, como a proposta de Queiroz (2004) pelas vias da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ainda no governo do presidente Lula, que vislumbrava a criação da cartilha “Politicamente Correto e Direitos Humanos”.

Essa cartilha tinha por objetivo “chamar a atenção de toda a sociedade para o que o historiador Jaime Pinsky chamou de ‘os preconceitos nossos de cada dia’” (QUEIROZ, 2004), principalmente aqueles referentes à generalização de raça, sexo, nacionalidade e região que talvez não conhecemos, mas achamos que conhecemos por concepções que são arraigadas ao longo da história, a exemplo de ideias como

os franceses não tomam banho; os mexicanos são preguiçosos; os suíços, pontuais; os italianos, ruidosos; os judeus, argentários; os árabes, desonestos;

os japoneses, trabalhadores, e por aí afora. Sabemos também que cariocas são folgados; baianos, festeiros; nordestinos, miseráveis; mineiros, diplomatas, etc. (QUEIROZ, 2004)

Um outro exemplo que ainda está sendo um tanto polemizado por conta do “politicamente correto” é a tentativa de proibição das obras de Monteiro Lobato, especificamente a obra *Caçadas de Pedrinho* pelo Conselho Nacional de Educação, que aponta que a obra possui trechos com possíveis indícios de racismo contra negros, porém essa interdição não obteve sucesso:

Em 2010, após uma denúncia da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) determinou que a obra fosse banida das escolas. A repercussão do infeliz episódio fez com que o Ministério da Educação (MEC) pedisse ao CNE para reconsiderar a questão. O veto, então, foi anulado. (AZEVEDO, 2012).

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNA) produziu dois pareceres após essa denúncia apresentada: estabeleceu o primeiro, em 1º de setembro de 2010, recomendando medidas para serem tomadas em relação a essa obra e a outras mais que apresentam sinais de racismo; e, em 2011, foi produzido um outro parecer semelhante a esse. De acordo com a análise dos pareceres, essa obra de Monteiro Lobato é classificada como racista, pois apresenta trechos em que os personagens tia Nastácia e Pedrinho são tratados de modo ofensivo.

Em seguida, aparece um outro alvo de polêmica entre as obras de Lobato:

Outra obra de Lobato entrou na mira do instituto: *Negrinha* (publicada em 1920, reunindo 22 contos). No dia 25 de setembro, o IARA [Instituto Advocacia Racial e Ambiental] deu entrada numa ação na Controladoria Geral da União (CGU) questionando a distribuição da obra em escolas públicas, devido, *novamente*, a presença de passagens de cunho racista. O MEC respondeu novamente em nota oficial: “O Ministério da Educação reafirmou nesta terça-feira, 25, a posição absolutamente contrária a qualquer tipo de censura à obra do escritor Monteiro Lobato (1882-1948). (...) O MEC defende a plena liberdade de ideias e o acesso dos estudantes a produções culturais e científicas com a mediação de um professor.” (OLIVEIRA, 2012).

Essas controvérsias ficaram suspensas por algum tempo, entretanto recentemente o Supremo Tribunal de Justiça realizou dois encontros sem êxito ao analisar o caso, pois de um lado o MEC se dispôs a cumprir as recomendações dos pareceres dos avaliadores, porém o IARA exigiu que se fizesse algo além do parecer do MEC, pois defendem contundentemente que a obra lobatiana é racista.

Outro evento que gerou muitas controvérsias e que constituirá o foco de nossa análise a respeito das ações do politicamente correto é a recente polêmica em torno da definição do verbete “cigano” pelo dicionário *Houaiss*, que ganhou destaque na imprensa brasileira e até mesmo na estrangeira. Essa polêmica remeteu ao fato de que os significados atribuídos à palavra “cigano” no conhecido dicionário seriam racistas e preconceituosos, gerando inclusive uma ação do Ministério Público Federal de Uberlândia que pedia a apreensão do referido dicionário por trazer, entre as acepções do verbete, esta, devidamente identificada como pejorativa: “que ou aquele que trapaceia; velhaco, burlador”.

Tais medidas refletem na maioria das vezes em um verdadeiro policiamento linguístico cujo foco seria evitar o uso de determinadas palavras, substituindo-as por outras

que teria um caráter mais neutro e desprovido de preconceitos, que sejam mais “politicamente corretas”. E essas discussões não poderiam passar despercebidas pelos estudos das ciências da linguagem, principalmente por tratarem de Língua(gem) e concepções semântico-discursivas.

A este respeito, nos estudos linguísticos, duas correntes teóricas são antagônicas. De um lado, a pragmática defende o uso da linguagem politicamente correta, argumentando que “uma das maneiras mais eficazes de combater os preconceitos sociais [...] é monitorando a linguagem por meio da qual tais preconceitos são produzidos e mantidos” (RAJAGOPALAN, 2002); por outro, a análise do discurso contra argumenta afirmando que uma das críticas que se pode fazer à tese da pragmática é de que os sentidos não estão ligados às palavras, mas “a palavra produz os efeitos de sentido que produz em decorrência do discurso a que pertence tipicamente [...]” (POSSENTI, 2007, p. 45).

Este estudo que nos propusemos a desenvolver fundamenta-se na Análise Dialógica do Discurso, uma área de estudos que, além de analisar como um discurso pode ser construído para atender determinados objetivos, procura relacionar o linguístico com o social, o histórico e o ideológico, propondo-se a interpretar a linguagem em funcionamento nas relações dialógicas e plurivocais que lhe são constitutivas.

Por conseguinte, nosso propósito neste trabalho é ler e analisar comentários postados por leitores da revista *Veja*, publicados em 2012, levando em conta suas condições de produção, com a finalidade de observar quais são os discursos correntes relacionados à polêmica em torno do verbete cigano do dicionário Houaiss.

Para tanto, tomaremos como base teórica, sobretudo, a questão do dialogismo de acordo com Bakhtin (2000) e detalhada por Fiorin (2006). Além disso, buscaremos as contribuições de estudiosos que pesquisam a produção de textos e discursos na mídia do mundo contemporâneo, bem como as discussões que trazem como tema a linguagem politicamente correta, a exemplo dos estudos de Possenti (2002) e Rajagopalan (2002).

Para fundamentar essas perspectivas, explicaremos, inicialmente, o propósito da translinguística, que tem como objetivo estudar as formas e os aspectos das relações dialógicas, em seguida, por meio dela explicaremos o dialogismo e seus dois desdobramentos, em constitutivo e como forma composicional. Subsequente, explicaremos a linguagem politicamente correta e as discussões deste tema pelas duas posições teóricas dos estudos da linguagem, a Análise do Discurso e a Pragmática. Por fim, faremos as análises dos comentários dos leitores de modo a examinar as vozes dialógicas e as polêmicas que se instauram nestes comentários, observando seus encaminhamentos discursivos se são, em sua maioria, mais próximos do posicionamento da AD ou do posicionamento da Pragmática.

## **2. O pensamento bakhtiniano e o dialogismo**

De acordo com o pensamento bakhtiniano, a língua enquanto um elemento concreto, vivo, dinâmico em seu uso real tem a propriedade de ser dialógica, isto é, a língua em seu funcionamento é marcada pelo dialogismo. Contudo, esses termos dialógicos, dialogismo não devem ser entendido simplesmente como um diálogo face à face.

Ao contrário, todos os enunciados do processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelece entre dois enunciados. (FIORIN, 2008, p.19)

Para estudar então essas relações dialógicas entre os enunciados de forma a explicar a linguagem em seu funcionamento, o Círculo de Bakhtin propõe a criação de uma translinguística, uma ciência que vai além da linguística, procurando examinar o funcionamento real da linguagem em sua unicidade. Seu objeto, portanto, são os aspectos e as formas da manifestação do dialogismo entre os enunciados, bem como suas formas tipológicas.

Convém ressaltar que não se deve tomar enunciado enquanto uma unidade da língua, pois um enunciado não existe fora das relações dialógicas, por isso ele é sempre a réplica de um outro enunciado e possui um acabamento que permite uma resposta. Com efeito, um enunciado é constituído em relação aos seus precedentes e sucessores na cadeia de comunicação, os enunciados têm sempre um autor revelando o seu posicionamento.

Já as unidades da língua são completas, não permitem uma resposta ao terminarem, não têm autor, são neutras e fazem parte do sistema virtual da linguagem. Dessa forma, os enunciados carregam emoções, juízos de valor e paixões e sempre têm sentido que é da ordem do dialogismo.

Segundo Fiorin (2008), o dialogismo pode ser apreendido enquanto um elemento constitutivo das relações entre enunciados, como também uma manifestação material na forma composicional desses enunciados.

### ***2.1. O dialogismo constitutivo***

Segundo o pensamento bakhtiniano, a língua ao se concretizar tem valor dialógico, os enunciados constituem-se a partir de outros, ou seja, em função dos enunciados que o precedem e o sucedem, por isso ser dialogismo constitutivo. O dialogismo é o princípio constitutivo do enunciado que apresenta duas posições, a de convergência e a de divergência, posições essas que sempre estarão sujeitas à cultura e à visão de mundo do indivíduo que as revela.

De acordo os pressupostos dessa linha teórica, a singularidade de um indivíduo, seu espaço de liberdade e seu inacabamento ocorrem na interação com as vozes sociais, no diálogo, confirmando, assim, que o sujeito exerce um papel social e individual no meio social. Os enunciados são sociais a partir do momento em que uma réplica se dirige a um superdestinatário. Além disso, essa interação das vozes possui dimensão política, estão submetidas ao poder. Esse poder seria então, as forças centrípetas e centrífugas que as balizam.

### ***2.2. O dialogismo como forma composicional***

Levando em consideração que todo enunciado é constitutivamente dialógico, o dialogismo composicional é a manifestação do dialogismo constitutivo, é a absorção do discurso alheio em um enunciado. “Trata-se da incorporação pelo enunciador da voz ou das vozes de outro(s) no enunciado [...] são maneiras externas e visíveis de mostrar outras vozes no discurso.” (FIORIN, 2006, p.32-33)

Convém ressaltar que não se deve confundir dialogismo com intertextualidade e a intertextualidade com a intratextualidade, porque, segundo o pensamento do Círculo de Bakhtin, o texto é o que domina a manifestação do sentido, ou seja, do enunciado, é somente um conjunto de signos coerentes e o enunciado já é de natureza dialógica, é da ordem do sentido e admite sempre uma réplica, em que é sempre manifestado o posicionamento do autor. A intertextualidade denota o diálogo entre os textos e a intratextualidade a relação, o diálogo dentro do texto, o que, para Bakhtin, indica que ambas são diferentes. Assim sendo, a

intertextualidade é o diálogo materializado nos textos, sendo que “toda intertextualidade implica a existência de uma interdiscursividade (relações entre enunciados), mas nem toda interdiscursividade implica uma intertextualidade”. (FIORIN, 2006, p.52) Essa intertextualidade pode ocorrer através de tipos de discursos alheios, polêmicas e imitações, podemos afirmar também que a paródia e a estilização são tipos de intertextualidade.

Dessa forma, há duas maneiras de inserir o discurso do outro em um enunciado, o discurso alheio demarcado, objetivado, e o discurso alheio não demarcado, bivocal. Aquele mostra o enunciado do outro nitidamente, é abertamente citado; e este é internamente dialogizado como também a separação entre o citado e o citante não é muito nítida, porém são claramente percebidas.

Existem também dois tipos de polêmicas na interação das vozes, a polêmica clara, expressada abertamente e cada uma defendendo uma posição que é oposta à da outra, e a polêmica velada, não expressada abertamente, porém percebe-se o afrontamento dessas vozes contrárias.

Ainda como uma forma de manifestação da linguagem, precisamente do dialogismo, a imitação também se constitui como um elemento importante. De acordo com Fiorin (2006), existem a paródia e a estilização. Aquela imita um texto ou um estilo com a intenção de desqualificá-lo, ridicularizá-lo e este imita um texto ou um estilo sem essas intenções, pois as vozes são convergentes. Por isso, o estilo pode ser parodiado e também estilizado.

O estilo é o elemento utilizado para estilização ou paródia, de acordo com o pensamento bakhtiniano, “o estilo é o conjunto de particularidades discursivas e textuais que cria uma imagem do autor, que é o que denominamos efeito de individualidade. Essa individualidade pode ser singular [...] ou coletiva [...]” (FIORIN, 2006, p.46)

A constitutividade dialógica não é mostrada no estilo, mas sim na interação das vozes em um meio social. Porém, o estilo se define dialogicamente, ou seja, em função de outros estilos.

Assim sendo, a concepção de dialogismo é muito ampla, é a interação entre as vozes, a relação, o diálogo constitutivo que se manifesta como forma composicional, isto é, a incorporação de um discurso alheio em um enunciado que ocorre dialogicamente de várias maneiras, entre os enunciados, os textos (intertextualidade) e dentro dos textos (intratextualidade).

A partir dessa concepção dialógica do pensamento bakhtiniano, temos por objetivo estudar a linguagem politicamente correta, que possui duas perspectivas, a perspectiva da Pragmática e a perspectiva da Análise do Discurso que, por sua vez, tendem a dialogar mostrando posições opostas.

### **3. A linguagem politicamente correta**

O “politicamente correto” é um princípio “neutro” ameno e menos claro que consiste em substituir termos relacionados a características físicas e sociais que veiculam um sentido de discriminação. Essa expressão aplica-se à linguagem e a outros vários campos, “a esfera do politicamente correto abrangeria classe, raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, descapacitação e outros marcadores de subalternidade. Mas, sem dúvida, o exemplo paradigmático sempre foi racial.” (AVELAR, 2011) A linguagem politicamente correta diz respeito:

[...] ainda que de maneira vaga e polissêmica, a um processo em curso, aberto e de conseqüências imprevisíveis, de renovação dos hábitos cotidianos, a um processo de renovação do que nós poderíamos chamar educação vulgar e básica. Com um vocabulário mais pretensioso, poder-se-ia

dizer que se trata de um processo de redefinição de parâmetros éticos e de modelos de orientação micropolíticos (SOARES, 1997, p.5 *apud* FERREIRA, p.85, 2006).

A efetivação do politicamente correto implica em medidas como o repensar dos livros didáticos, como também implicou no abalozamento dos meios de comunicação em redes sociais, na substituição de termos com sentidos pejorativos por termos amenos, nos currículos ,etc.

Com efeito, essa expressão foi firmada no período das guerras culturais de 1980 e 1990 nos Estados Unidos e oficializada por parte da direita. A tal expressão se encontra atualmente no Brasil por parte esquerdista do Ministério Público Federal e ainda com o mesmo objetivo, de pôr limites em gestos que comprometem grupos minorizados ou determinado(s) indivíduo(s).

A respeito dessa expressão, do ponto de vista dos estudos linguísticos, existem duas perspectivas que defendem posições distintas em relação ao “politicamente correto”, a perspectiva da pragmática representada, por exemplo, por Rajagopalan (2002) e a perspectiva da Análise do Discurso, apresentada por Possenti (2002).

### ***3.1. Na perspectiva da Pragmática***

De acordo com a perspectiva da pragmática, “a linguagem tem um tremendo impacto sobre as coisas e os acontecimentos [...] a linguagem politicamente correta serve ao propósito de conscientizar os usuários da língua [...] de um certo fenômeno lingüístico que apenas reflete e consagra uma prática social de discriminação.” (RAJAGOPALAN, 2002, p.100-101)

Para reforçar a ideia do poder da linguagem, em seu texto, o autor dá grande ênfase ao *marketing* que, para ele, mediante o uso da linguagem tem a capacidade de transformar a imagem de um produto sem alterar sua identidade. O produto será sempre ele e mais a imagem que ele produziu com o tempo, o que o obriga a concluir que ao mudar as palavras, os sentidos também mudam, pois o produto não é nada senão um produto produzido por determinado(s) objeto(s), se não for apresentado pela linguagem:

[...] vale a pena nos determos um pouco sobre a questão de como é difícil desprender a “coisa” em si da forma como tal coisa vem sendo contemplada e descrita ao longo dos tempos. O que eu chamo de um objeto *x* é, [...] o objeto tal qual ele se apresenta para mim. E a grande maioria dos objetos [...] está presente em nossa consciência junto com a imagem que cada um deles adquiriu ao longo dos tempos. (RAJAGOPALAN, 2002, p.99-100)

Além disso, o autor afirma que “[...] a principal fonte do poder da mídia advém do poder da linguagem.” (RAJAGOPALAN, 2002, p.100)

Dessa forma, pode-se dizer que as formas linguísticas produzem grandes impactos porque sempre carregam sentidos negativos ou positivos, tornando-se necessário saber usá-las. Segundo Rajagopalan,(2002), essas formas linguísticas que possuem indícios de preconceitos podem ser substituídas por outros termos amenos para diminuir essa força de discriminação. Para o autor, a linguagem é a roupagem do pensamento, que deve ser usada com cautela, o mais adequado e satisfatório seria que toda a sociedade estivesse em contínua reforma linguística, pois à medida que se esvazia o sentido do politicamente correto, pode-se incorporar à linguagem outros termos que assumam esse sentido.

De acordo com essa perspectiva, a melhor forma de diminuir tais discriminações, pode começar pela linguagem, monitorando, controlando a fala dos indivíduos e conscientizando os tais sujeitos da existência desses preconceitos.

### 3.2 Na perspectiva da Análise do Discurso

A perspectiva da Análise do Discurso, apresentada por Possenti (2002), releva possibilidades extralinguísticas de um enunciado produzido por determinado sujeito que está relacionado às suas condições de produção. Dessa forma, um enunciado somente pode ser considerado racista nas vias de sua prática discursiva, atentando-se ao fato de que o discurso não está sujeito ao indivíduo que o enunciou, mas às suas condições sócio-históricas, ideológicas e culturais que o fizeram ser produzido.

Assim, o sentido, pejorativo ou não, está sujeito ao contexto em que ocorre o enunciado, esse contexto depende de sua história ao longo dos tempos, que, por sua vez, possui diferentes significados em cada região. Por isso, determinadas palavras, com seus sentidos, é que modificam o contexto de alguns textos e por consequência passam a ser entendidos como racistas.

Conforme essa perspectiva, do ponto de vista da relação da forma e do sentido, a significação pode depender do contexto e ela pode também o fazer ser o contexto que é. Nesse raciocínio, essa tal significação só pode ser esclarecida por meio de histórias, como lutas por grupos discriminados racialmente, lutas por direitos a opção de sexo, lutas por direitos de igualdade etc.

Ao contrário da Pragmática, a AD investiga a noção do enunciado como realização histórica e social, debatendo e analisando o politicamente (in)correto de modo aberto. Se um enunciado produzido é considerado racista, é porque no meio social em que ocorreu sua realização já havia as práticas socioculturais e ideológicas do racismo, já existiam concepções racistas que incidem sobre a produção deste enunciado.

Sendo assim, os sentidos que levam à discriminação, o “politicamente incorreto”, não estão na linguagem e sim nas concepções, visões de um meio social, cultural, pontos de vista ideologicamente construídos de um sujeito ou um grupo que tem uma história, e, dessa forma, uma simples permuta linguageira não mudaria essas concepções sociais.

Em alguns casos, indivíduos julgam que certos termos são preconceituosos por suas etimologias, o que muitas vezes, pode ser um equívoco, um exemplo claro é o termo “mulato”, tendo em vista que se julga que etimologicamente esse termo provém de “mula”. “Mesmo que a procedência etimológica de “mulato” tenha a incomprovada relação com “mula”, seu sentido não guarda sequer vestígio desta suposta origem” (cf. Folha de S. Paulo, 08.02.94 *apud* POSSENTI; BARONAS, 2006. p.55).

De acordo com essa perspectiva, é uma ingenuidade a concepção de que há palavras limpas, e Possenti (2002) considera uma inutilidade essa luta por uma linguagem pura e transparente com o intuito de diminuir os preconceitos, que possa transformar até mesmo esses sentidos como um poderoso *marketing*. O autor critica a forma como Rajagopalan (2002) coloca o *marketing* revelando que a linguagem até mesmo transforma o produto, faz milagres. Para Possenti (2002), a linguagem, precisamente o *marketing*, acompanha o produto, o sentido, o conteúdo.

Além disso, para censurar um sujeito, tanto faz utilizar termos politicamente corretos como incorretos, pois a palavra pode ser politicamente correta, porém se for utilizada em um contexto “politicamente incorreto”, o efeito permanecerá o mesmo. “Se tais fatos continuarem sendo considerados negativos, em pouco tempo as “novas” expressões veicularão exatamente os mesmos valores, os mesmos efeitos de sentido que veiculam hoje as formas condenadas.” (POSSENTI, 2002, p.51) E talvez a escolha com excessivo cuidado possa ser, na verdade, um indício de preconceito.

O politicamente correto, para muitos, é provável a ameaça de ser transformado em uma censura à liberdade de expressão e esse comportamento tende a atingir vários ramos de manifestação cultural.

#### 4. Análise do corpus

De acordo com essas perspectivas e relacionados a ela, analisaremos os comentários de um texto, publicado por Sergio Rodrigues no dia 28-02-2012 na revista *Veja*, que relata a tentativa de apreensão do dicionário Houaiss por conta de um verbete que possivelmente continha definições pejorativas acerca dos ciganos, em decorrência da ação do Ministério Público Federal (MPF).

A investigação do MPF, por conta desse verbete, iniciou-se a partir de uma denúncia feita por um cidadão de Uberlândia de origem cigana, em 2009. Logo então, o ministério começou a enviar recomendações às editoras para que o verbete fosse mudado, porém a Objetiva, editora do Houaiss, relatou que era somente o Instituto Houaiss que poderia editar e não atendeu às recomendações feitas pelo MPF, que defende a ideia de que o fato do dicionário registrar definições com carga negativa, mesmo que mencionadas como pejorativa, colaboram para que esse preconceito continue na nossa sociedade.

Após essa recusa, o promotor Cléber Eustáquio Neves solicitou que fosse proibida a circulação do dicionário até suas precisas correções e aplicou ao Instituto Houaiss e à Objetiva, uma multa de R\$ 200 mil reais, por “danos morais coletivos”. Conforme o diretor do Instituto Houaiss, Mauro de Sales Villar: “[...] Dicionários não criam termos; só refletem, como espelhos, as ocorrências com que se deparam, não os usando com intenção de atacar ou menosprezar pessoas ou grupos – afirma ele.” (PEREIRA JUNIOR, 2012, p.39)

Em vista disto, em 2010, o Instituto Houaiss enviou documento ao MPF afirmando que as demais versões e as edições digitais mudariam o verbete, e que a 2ª edição do dicionário está finalizada, porém ainda não foi publicada. Neves considera esse fato, uma possibilidade de acordo, analisa arquivar o processo e dispensar até mesmo a indenização feita ao Instituto Houaiss e à Objetiva, pois teria alcançado seu objetivo.

O termo cigano é de origem francesa, que significa *intocável*, e o autor Rodrigues (2012), na revista *Veja*, revela que a origem do termo cigano já é “triste”, porém pior ainda é a ação do MPF em processar o Houaiss, e manifesta que esse modo de proceder é uma “ação grotesca”.

Dentre muitas controvérsias em relação a esse verbete, esse texto sendo uma delas, é apresentado pelo autor com o título Cigano X Houaiss e acrescentado a esse título o fato de faltar os “judeus, baianos, japoneses...” (RODRIGUES, 2002). Albuquerque (2012) lembra ainda, que há 10 anos cidadãos judaicos, em Campinas-SP, iniciaram uma ação semelhante a essa, mas não obtiveram sucesso.

A partir desse texto publicado na *Veja*, como já relatamos, foram realizados vários comentários, partiremos então deles para atingirmos o nosso objetivo, quer seja analisá-los de forma a apontar grupos dos que têm vínculo com a perspectiva da AD e dos que têm vínculo com a perspectiva da Pragmática.

Para o estabelecimento desses grupos recortamos dos 89 comentários publicados, uma seleção de 26 sequências discursivas agrupadas sob o critério do diálogo que se estabelece entre elas, isto é, que revela ter o mesmo ou um ponto de vista semelhante, quer seja: o grupo dos favoráveis à ação do MPF e o grupo dos contrários à ação do MPF. Além disso, no interior de cada grupo encontramos, mediante o critério da regularidade, três subgrupos que revelaram os mesmos encaminhamentos discursivos, de forma que as sequências recortadas tomavam uma mesma direção de posicionamento, revelando um diálogo convergente de opiniões (ver anexo).

O primeiro grupo mostra a semelhança entre as sequências discursivas no seu interior em que todos revelam ser **favoráveis à ação do MPF**. E nas relações dialógicas entre as sequências recortadas para compor este primeiro grupo, observamos a constituição de um subgrupo que agrupa o posicionamento de os sujeitos afirmarem nunca terem ouvido falar



nesses termos registrados no verbete sobre os ciganos no Houaiss, que esses sinônimos não pertencem a estas palavras ou que os sujeitos desconhecem a acepção, quer seja o subgrupo: **o dicionário apresenta uma acepção inexistente.**

Um dos comentaristas, Gustavo, relata não ter ouvido falar nessas acepções “pejorativas”: “Nunca ouvi falar que cigano é burlador, ou trapaceiro, se conhecesse a história deles de verdade, saberiam que não é isso” (**Gustavo**, 28/02/2012 às 16:10)

Logo em seguida, o comentarista Galdêncio afirma que não podem ser propagados sinônimos que não pertencem a esses termos no Houaiss: “NÃO CABE A ESTA EMPRESA PROMOVER ESTE TIPO DE DISSEMINAÇÃO SINÔNIMOS QUE REALMENTE NÃO PERTENCEM A ESTAS PALAVRAS” (**Galdêncio**, 29/02/2012 às 8:13)

Denis Reis declara não reconhecer esses termos apesar deles se encontrarem em sua língua materna: “Como falante da língua portuguesa, que, aliás, é minha língua materna não reconheço vários dos empregos de sinônimos mencionados” (**Denis Reis**, 29/02/2012 às 15:54)

Um segundo subgrupo pode ser constituído a partir da convergência do seguinte posicionamento: **os indivíduos mostram que os dicionários não podem ou não devem ser preconceituosos**, ressaltando que para os comentaristas o Houaiss é preconceituoso. Para demonstrar essa afirmação, o comentarista Duda manifesta que há parcialidade entre os sujeitos que deixaram essas acepções “pejorativas” serem disseminadas, ele indaga e logo faz uma observação: “Kd a imparcialidade jornalismo carregado de subjetivismo e expressões valorativas....” (**Duda**, 28/02/2012 às 16:41)

Denis Reis questiona que, de imediato, qualquer acepção preconceituosa já passa a ser um sinônimo científico: “Ora, qualquer preconceito contra um grupo deve ser imediatamente registrado como um caso de sinonímia??? Será esse um procedimento científico???” (**Denis Reis**, 29/02/2012 às 15:54)

Além disso, Renata conta ter ficado espantada com o dicionário Houaiss, por estar disseminando preconceitos em relação aos vários grupos no Brasil “Soube do fato, fiquei estarecida por este dicionário propagar preconceitos e ser pejorativo em relação a diversos povos que integram nosso país” (**Renata**, 13/03/2012 às 20:10)

Ariana Muratori assegura que o Houaiss não é um instrumento próprio e bom para a utilização e aprendizagem de jovens e crianças: “O dicionário serve de guia para crianças e jovens e ensinar preconceito não deve ser sua função” (**Ariana Muratori**, 21/03/2012 às 9:26). A mesma comentarista manifesta, em outro momento às 10h59min do mesmo dia, que essas acepções não podem continuar oficialmente nos dicionários que são considerados de maior importância no Brasil: “Este preconceito de raças tem de ser abolido e não se tornar oficial, principalmente porque temos apenas dois dicionários importantes no país” (**Ariana Muratori**, 21/03/2012 às 10:59)

Até aqui, podemos observar que os indivíduos são contra essas acepções no dicionário, uma parte sustenta a ideia de que essas acepções contidas no Houaiss não existem e outra sustenta a ideia de que os dicionários são preconceituosos.

Em outros comentários recortados notamos um diálogo claro e convergente que encaminha para o subgrupo **o MPF agiu corretamente**, em que os comentaristas, com um mesmo raciocínio, revelam estarem a favor do MPF, sustentando a posição de que o MPF agiu corretamente diante dessa ocorrência.

Bruno Moreira afirma que o MPF foi desafiado e, através de seu comentário, demonstrou estar a favor do procedimento do MPF: “O MPF não tirou isso da cartola. Foi provocado” (**Bruno Moreira**, 28/02/2012 às 15:35)

Galdêncio expressa, com suas palavras, estar contente com a ação do MPF e o parabeniza por tal ato: “CONCORDO PLENAMENTE COM OS PROCURADORES. PARABÉNS AO MINISTÉRIO PÚBLICO” (**Galdêncio**, 29/02/2012 às 8:13)

Anda inclusa neste mesmo posicionamento, a posição de Olga Monteiro, que também parabeniza o MPF apor sua ação tão nobre em lutar contra o “preconceito” no dicionário: “Parabéns ao MPF pela nobre iniciativa de inibir tal prática desrespeitosa” (**Olga Monteiro**, 08/05/2012 às 12:00)

Este terceiro subgrupo defende uma posição favorável a ação do MPF, enquanto que o primeiro relata não existir essa acepção apresentada no dicionário e o segundo afirma que o dicionário é preconceituoso. Pode-se dizer que estes três encaminhamentos discursivos selecionados, cujas vozes dialogam e têm raciocínios uns ligados aos outros, chegam a uma conclusão, a uma síntese de que eles são favoráveis à ação do MPF.

Mas em relação a uma palavra sempre existe uma contrapalavra. O diálogo não é somente de convergências, de vozes que se encaminham na mesma direção. Há vozes divergentes, há um diálogo tenso de diferenças e de vozes contrárias que abrem a polêmicas de forma clara ou velada, como já ressaltamos anteriormente.

Então, além desse grupo que revela ser favorável ao MPF, com raciocínios vinculados entre si, observamos também um outro grupo com ideias também relacionadas entre si, mas que revelam oposição à ação do MPF. Isso indica que as sequências recortadas são totalmente opostas, umas em relação às outras.

No interior deste grupo, notamos uma regularidade que diz respeito ao posicionamento: **a censura é um retrocesso**, formando um quarto subgrupo. J., um dos comentaristas, expõe o pensamento de que esse procedimento do MPF já se tornou uma verdadeira censura à liberdade de expressão, ressaltando que com tais ações estamos regredindo ao invés de estarmos progredindo: “hoje em dia temos que ficar nos “censurando” ou então “pensando duas vezes antes de escrever algo para que não sejamos mal compreendidos. Isso significa um retrocesso” (**J.**, 28/02/2012 às 15:54)

Confirmando e reforçando essa mesma ideia, um outro comentarista apresenta, com o mesmo ponto de vista: “Esta era do “politicamente correto” vai acabar amordaçando a todos” (**Mané**, 28/02/2012 às 15:56), Ele define esta ação como um ato de censura à liberdade de manifestação dos indivíduos por meio da linguagem.

Percebe-se então que ambas as opiniões defendem a ideia de que a censura causada pelas ações do “politicamente correto” são um verdadeiro retrocesso.

Um outro subgrupo que se forma é composto por seis sequências de comentários, nos quais podem ser percebidas opiniões próximas umas às outras ratificando um mesmo ponto de vista que sustenta a ideia de que **os dicionários apenas registram as acepções existentes**.

Sendo assim, Júlio Freire de Andrade enaltece o dicionário afirmando que o Houaiss é o melhor deles e que nele estão contidas acepções usadas na nossa língua. E para reforçar essa ideia, ele ainda acrescenta que o dicionário não tem o objetivo de ofender qualquer grupo ou indivíduo: “Na minha opinião trata-se do melhor e mais completo dicionário da língua portuguesa e a definição das palavras limita-se a registrar o uso que lhe é dado na prática da língua falada, sem qualquer juízo de valor” (**Júlio Freire de Andrade**, 28/02/2012 às 19:40)

Wellington Oliveira também se expressa demonstrando o mesmo ponto de vista de Júlio: “O melhor dicionário é aquele que expressar a verdade falada por um povo.” (**Wellington Oliveira**, 29/02/2012 às 9:06). O sujeito enaltece o dicionário por carregar as acepções reais de um grupo.

O terceiro enunciador selecionado nesse mesmo subgrupo, também aponta um semelhante pensamento: “Um dicionário é feito a partir de uma pesquisa sobre o que as pessoas falam, e é sim obrigado a registrar termos pejorativos, mesmo que desagradem a quaisquer grupos” (**Vinícius** 29/02/2012 às 9:55) Ele afirma que o dicionário registra verdadeiramente termos utilizados por um grupo social sejam ofensivos ou não, e reforçando que o tal dicionário foi feito para registrar os significados efetivamente produzidos.

A quarta sequência recortada reforça essa ideia com um ponto de vista muito parecido aos anteriores e acrescenta que as acepções que constam no dicionário não são apenas aquelas utilizadas na nossa língua, mas as diversas que receberam sentido ao longo dos anos mesmo que não sejam mais usadas: “a função dos dicionários não é registrar apenas os significados atuais de um vocábulo, mas as várias acepções que recebeu ao longo do tempo, mesmo aquelas que caíram em desuso” (**Rafael**, 29/02/2012 às 10:31).

Além disso, Rafael afirma, em seu dizer, que o dicionário deve possuir acepções verdadeiras, mesmo que sejam ofensivas atualmente ou antigamente. Independente da carga negativa ou positiva, as significações precisam serem apresentadas nos verbetes do Houaiss: “O dever do lexicógrafo é a fidelidade aos fatos, por mais desagradáveis e odiosos que sejam ou tenham sido. Por isso, esses significados antigos, que refletem preconceitos ancestrais, merecem seu espaço no verbete” (**Rafael**, 29/02/2012 às 10:31)

O sexto e último comentarista ainda complementa a ideia de Rafael, ressaltando que o dicionário resgata acepções da nossa literatura, isso indica que no dicionário constam termos da cultura brasileira desde o seu início: “Um dicionário tem o compromisso histórico de resgatar acepções tal como foram registradas na literatura brasileira desde seus primórdios” (**Carlos Galvão** 01/03/2012 às 0:16)

Ainda neste grupo contrário à ação do MPF, um sexto e último subgrupo se instaura, formado por sete sequências de comentários que se encaminham a um mesmo direcionamento discursivo: **o procurador/ o MPF deveria trabalhar efetivamente.**

A primeira sequência desse subgrupo é de Wellington Oliveira, na qual demonstra estar insatisfeito com a ação do MPF ao relatar que a quantia de dinheiro que os membros do MPF recebem é muita em relação ao que eles fazem: “Esse pessoal do MPF deveria procurar o que fazer à altura do salário farto e dos benefícios que recebem, fazem pouco pelo Brasil [percebe-se um aspecto de descontentamento ao acrescentar posteriormente essa expressão:] e quando fazem é isso aí que vemos” (**Wellington Oliveira** 29/02/2012 às 9:06)

O segundo comentário também aponta para o mesmo fato, reforçando que tais membros recebem dinheiro da sociedade em troca de um ato tão desrespeitoso: “E estes procuradores são pagos com nosso dinheiro para produzirem demandas de tão baixa qualidade como esta?” (**Carlos Sá**, 28/02/2012 às 15:29)

O terceiro comentarista, Luis, não considera isso como um trabalho, mas sim como uma tentativa de conseguir notoriedade fama. Percebemos em sua opinião uma insatisfação com as ações do MPF: “Agora que o doutor promotor já conseguiu seus 15 minutos de fama, que tal trabalhar um pouco?” (**Luis**, 28/02/2012 às 15:41)

Em seguida, a quarta sequência demonstra a mesma ideia de Luis, manifestando estar descontente com a ação do MPF: “Não sei se me preocupo mais com o douto procurador sem coisa melhor para fazer” (**Microempresário**, 28/02/2012 às 16:11)

O quinto comentarista, jeremias-no-deserto, mostra estar irado pelo fato do MPF ganhar muito dinheiro, custeado pela sociedade, e ainda praticar ações inúteis, que não trazem algum benefício: “É síndrome de vadiagem. sem dúvida alguma. Esse senhor ganha uma nota preta de salário, pago pelo dinheiro suado do contribuinte e se ressentido da falta de alguma atividade útil, alguma ação produtiva que dignifique essa soma enorme que auferir sem prestar uma contrapartida” (**jeremias-no-deserto**, 28/02/2012 às 16:20)

Com a mesma ideia, Salvador V. da Conceição comenta que o procurador é um desocupado e para ele, o fato dele receber esse nome já indica que o tal procurador está em contínua “procura” de inúteis ações como essas, e assim afirma: “O nome “Procurador” é demais sugestivo. Como não tem nada a fazer, está sempre procurando bobagem e ocupando o tempo do magistrado, que vide, de modo geral, assoberbado de processos” (**Salvador V. da Conceição**, 28/02/2012 às 16:52)

O sétimo e último sujeito desse subgrupo de sequências revela, através de sua opinião, que o MPF não tem o que fazer ou não faz nada útil. Cândida, a comentarista, expõe que a sociedade poderia encaminhar uma “lista” para que os tais procuradores tenham algo útil a fazer: “[...] que absurdo. Poderíamos fazer uma lista de assuntos pendentes no Brasil e enviar para esse procurador se preocupar” (**Cândida**, 29/02/2012 às 8:06)

Sendo assim, em suma, podemos dizer que dois grupos foram constituídos no diálogo das vozes comentaristas acerca do texto de Rodrigues (2012), mostrando-se favoráveis ou contrárias à ação do MPF. Cada grupo instaurou três subgrupos de modo a mostrar encaminhamentos discursivos convergentes, agrupando ideias e unindo pontos de vista.

O primeiro subgrupo é composto por três sequências de pontos de vista similares, em que alguns leitores demonstram serem favoráveis à ação do MPF, pois as aceções registradas sobre os ciganos seriam inexistentes e não compartilhadas por todos.

O segundo subgrupo é constituído por cinco amostras de comentários, ressaltando a ideia de que os dicionários não devem/podem ser “preconceituosos”. E o terceiro subgrupo é formado por sequências que declaram claramente que a ação do MPF é correta, revelando-se, portanto, os enunciados de tais sequências totalmente favoráveis a essa ação.

Por conseguinte, esse grupo possui no total onze ocorrências em que todas as vozes comentaristas revelam ser favoráveis à ação do MPF.

Já o segundo grupo é composto por contrapalavras que se mostram serem contra a ação do MPF, já que as sequências recortadas e os subgrupos que formam são totalmente opostos às sequências do primeiro grupo, instaurando uma polêmica clara de posicionamentos.

O quarto subgrupo possui duas sequências de comentários semelhantes em que, ao contrário do primeiro subgrupo da sequência anterior, seus autores se manifestam não serem favoráveis à ação do MPF, considerando a censura através da tal ação um verdadeiro retrocesso.

O quinto subgrupo contém seis amostras de comentários similares, que afirmam que os dicionários apenas registram aceções existentes, instaurando uma polêmica clara com as sequências do segundo subgrupo que, por sua vez, afirmam que o dicionário é preconceituoso.

O sexto e último subgrupo é composto por sete comentários semelhantes que defendem a posição de que o procurador/o MPF deveria trabalhar efetivamente, contrariando o terceiro subgrupo que revela a ideia de que o MPF age corretamente. Isso quer dizer que além dos grupos serem opostos, instauram-se subgrupos, revelando que, no interior desses grupos, mostram-se contrapalavras uns em oposição aos outros, de modo a instituir uma autêntica polêmica clara na interação dessas vozes publicadas na revista *Veja* e a revelar um verdadeiro confronto de posições acerca do politicamente correto.

## **5. Conclusões**

Sendo assim, o segundo grupo atingiu o total de quinze ocorrências de comentários, enquanto que o primeiro atingiu onze, encaminhando-nos, mediante o critério da recorrência, à percepção de que o segundo tem mais sequências discursivas e, portanto, é mais frequente que o primeiro.

Dessa forma, há uma maior recorrência de vozes que se posicionam contra a ação do MPF. Defendem, por conseguinte, a liberdade de expressão, apontando que o dicionário apenas registra as aceções e que o procurador não trabalha efetivamente. Nessa direção, pode-se dizer que esse grupo é contra o politicamente correto, ele vai de encontro com as ideias apresentadas no primeiro grupo, aproximando-se, assim, da perspectiva teórica da análise do discurso. Nesse sentido, as aceções dependem do contexto em que são inseridas

para que se possa analisar se realmente estão sendo usadas pejorativamente ou não e que a discriminação não está na linguagem, mas sim nas concepções sociais.

Diferentemente deste segundo grupo, no primeiro grupo as vozes são favoráveis à ação do MPF, defendem a posição de que os dicionários são preconceituosos e que o MPF agiu de forma correta. Nesse sentido, podemos afirmar que esses pontos de vista nos levam à percepção de que esses comentários são favoráveis aos termos “politicamente corretos”. Em seguida, também podemos dizer que os tais comentários encaminham-se para a perspectiva da pragmática, que afirma que a linguagem tem um tremendo efeito sobre as coisas, como também, defende a ação do “politicamente correto”, tendo em vista que o preconceito pode residir na linguagem e uma das formas de combate às discriminações, seria começar pela própria linguagem, monitorando e controlando a fala dos indivíduos.

Logo, é possível perceber que, apesar de tentativas e defesas de um policiamento linguístico ultimamente, como também o empreendimento de ações como esta de propor excluir um verbete do dicionário, a maioria das pessoas que se posicionam por via de comentários no site da revista *Veja* coloca-se contra tais iniciativas, retomando e tornando recorrente, especialmente, o discurso segundo o qual não se deve (ou não surte efeito) cercear a liberdade de expressão dos indivíduos.

## Referências

ALBUQUERQUE, Sergio da Motta e; ALBUQUERQUE. Ministério Público quer censurar dicionário. **Jornal Observatório da Imprensa**. Ed 684. 2012. Disponível em: [http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/ed684\\_ministerio\\_publico\\_quer\\_censurar\\_dicionario](http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/ed684_ministerio_publico_quer_censurar_dicionario)

AVELAR, Idelber. As origens da expressão “politicamente correto”. **Revista Forum**. 2011. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2011/04/04/as-origens-da-expressao-politicamente-correto/>

AZEVEDO, Reinaldo. A estupidez politicamente correta – Atenção! STF vai “julgar” hoje Monteiro Lobato, tratado como criminoso. Ou: Ministro Fux censuraria Shakespeare? **Revista VEJA**. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-estupidez-politicamente-correta-atencao-stf-vai-julgar-hoje-monteiro-lobato-tratado-como-criminoso-ou-ministro-fux-censuraria-shakespeare/>

FERES JÚNIOR, João; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; EISENBERG, Zena Winona. Monteiro Lobato e o Politicamente Correto. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, 2013, p. 69-108. Disponível em: [http://gemaa.iesp.uerj.br/files/Monteiro\\_Lobato\\_e\\_o\\_politicamente\\_correto.pdf](http://gemaa.iesp.uerj.br/files/Monteiro_Lobato_e_o_politicamente_correto.pdf)

FERREIRA, Ricardo Alexino. Negro Midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa. **Revista USP**. São Paulo, 2006, n.69, p. 80-91. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/69/08-ricardo.pdf>

FIORIN, José Luiz. O dialogismo. In: \_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006. p. 18-59.

NIGRI, André. Monteiro Lobato e o racismo. **Revista Bravo!** Ed. 165. Maio 2011. Disponível em: <http://bravonline.abril.com.br/materia/monteiro-lobato-e-o-racismo#image=165-capa-racismo-1-g>

OLIVEIRA, Mariana. Atiraram o Pau em Monteiro Lobato. **REVISTA CONTINENTE**. 2012. Disponível em: <http://www.revistacontinente.com.br/blog/?p=988>

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Temporada de caça ao dicionário. **Revista Língua Portuguesa**. 2012, ano 7, nº78

POSSENTI, Sírio. A Linguagem Politicamente Correta e a Análise do Discurso. In: \_\_\_\_\_. **Os Limites do Discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002. p.37-59.

POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser. A Linguagem Politicamente Correta no Brasil: uma língua de madeira? **Polifonia**. Cuiabá. 2006. v. 12 , n. 2. p. 47-72.

QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos** – pesquisa e texto: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a\\_pdf\\_dht/cartilha\\_politicamente\\_correto.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf). Acesso em 15 out. 2013.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo (orgs.). **O Direito à fala**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2002. p.93-102

RODRIGUES, Sergio. Ciganos x Houaiss: faltam judeus, baianos, japoneses.... **Revista Veja**. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/curiosidades-etimologicas/ciganos-x-houaiss-depois-virao-judeus-baianos-japoneses/>

TORRES, João Camilo de Oliveira. Monteiro Lobato: um racista fracassado - Leitor errante. Instituto Cultural Aletria. s/d. Disponível em: <http://www.aletria.com.br/pagina.asp?area=16&secao=20&site=1&tp=22&click=121&id=52>

## ANEXO – *Corpus de análise*

### **Grupo 1 – Favoráveis à ação do MPF**

---

#### **Subgrupo 1: O dicionário apresenta uma acepção inexistente**

“Nunca ouvi falar que cigano é burlador, ou trapaceiro, se conhecesse a história deles de verdade, saberiam que não é isso” (**Gustavo**, 28/02/2012 às 16:10)

“NÃO CABE A ESTA EMPRESA PROMOVER ESTE TIPO DE DISSEMINAÇÃO SINÔNIMOS QUE REALMENTE NÃO PERTENCEM A ESTAS PALAVRAS” (**Galdêncio**, 29/02/2012 às 8:13)

“Como falante da língua portuguesa, que, aliás, é minha língua materna não reconheço vários dos empregos de sinônimos mencionados” (**Denis Reis**, 29/02/2012 às 15:54)

#### **Subgrupo 2: Dicionários não podem/devem ser “preconceituosos”**

Kd a imparcialidade jornalismo carregado de subjetivismo e expressões valorativas...” (**Duda**, 28/02/2012 às 16:41)

Ora, qualquer preconceito contra um grupo deve ser imediatamente registrado como um caso de sinônímia??? Será esse um procedimento científico???” (**Denis Reis**, 29/02/2012 às 15:54)

“Soube do fato, fiquei estarrecida por este dicionário propagar preconceitos e ser pejorativo em relação a diversos povos que integram nosso país” (**Renata**, 13/03/2012 às 20:10)

“O dicionário serve de guia para crianças e jovens e ensinar preconceito não deve ser sua função” (**Ariana Muratori**, 21/03/2012 às 9:26)

“Este preconceito de raças tem de ser abolido e não se tornar oficial, principalmente porque temos apenas dois dicionários importantes no país” (**Ariana Muratori**, 21/03/2012 às 10:59)

#### **Subgrupo 3: O MPF agiu corretamente**

“O MPF não tirou isso da cartola. Foi provocado” (**Bruno Moreira**, 28/02/2012 às 15:35)

“CONCORDO PLENAMENTE COM OS PROCURADORES. PARABÉNS AO MINISTÉRIO PÚBLICO” (**Galdêncio**, 29/02/2012 às 8:13)

“Parabéns ao MPF pela nobre iniciativa de inibir tal prática desrespeitosa” (**Olga Monteiro**, 08/05/2012 às 12:00)

### **Grupo 2 – Contrários à ação do MPF**

---

#### **Subgrupo 4: A censura é um retrocesso**

“hoje em dia temos que ficar nos “censurando” ou então “pensando duas vezes antes de escrever algo para que não sejamos mal compreendidos. Isso significa um retrocesso” (**J.**, 28/02/2012 às 15:54)

“Esta era do “politicamente correto” vai acabar amordaçando a todos” (**Mané**, 28/02/2012 às 15:56)

#### **Subgrupo 5: Os dicionários apenas registram as acepções existentes**

“Na minha opinião trata-se do melhor e mais completo dicionário da língua portuguesa e a definição das palavras limita-se a registrar o uso que lhe é dado na prática da língua falada, sem qualquer juízo de valor” (**Júlio Freire de Andrade**, 28/02/2012 às 19:40)

“O melhor dicionário é aquele que expressar a verdade falada por um povo.” (**Wellington Oliveira**, 29/02/2012 às 9:06)

“Um dicionário é feito a partir de uma pesquisa sobre o que as pessoas falam, e é sim obrigado a registrar termos pejorativos, mesmo que desagradem a quaisquer grupos” (**Vinícius** 29/02/2012 às 9:55)

“a função dos dicionários não é registrar apenas os significados atuais de um vocábulo, mas as várias acepções que recebeu ao longo do tempo, mesmo aquelas que caíram em desuso” (**Rafael**, 29/02/2012 às 10:31)

“O dever do lexicógrafo é a fidelidade aos fatos, por mais desagradáveis e odiosos que sejam ou tenham sido. Por isso, esses significados antigos, que refletem preconceitos ancestrais, merecem seu espaço no verbete” (**Rafael**, 29/02/2012 às 10:31)

“Um dicionário tem o compromisso histórico de resgatar acepções tal como foram registradas na literatura brasileira desde seus primórdios” (**Carlos Galvão** 01/03/2012 às 0:16)

#### **Subgrupo 6: O procurador/ o MPF deveria trabalhar efetivamente**

“Esse pessoal do MPF deveria procurar o que fazer à altura do salário farto e dos benefícios que recebem, fazem pouco pelo Brasil e quando fazem é isso aí que vemos” (**Wellington Oliveira** 29/02/2012 às 9:06)

“E estes procuradores são pagos com nosso dinheiro para produzirem demandas de tão baixa qualidade como esta?” (**Carlos Sá**, 28/02/2012 às 15:29)

“Agora que o doutor promotor já conseguiu seus 15 minutos de fama, que tal trabalhar um pouco?” (**Luis**, 28/02/2012 às 15:41)

“Não sei se me preocupo mais com o douto procurador sem coisa melhor para fazer” (**Microempresário**, 28/02/2012 às 16:11)

“É síndrome de vadiagem. sem dúvida alguma. Esse senhor ganha uma nota preta de salário, pago pelo dinheiro suado do contribuinte e se ressentido da falta de alguma atividade útil, alguma ação produtiva que dignifique essa soma enorme que auferir sem prestar uma contrapartida” (**Jeremias-no-deserto**, 28/02/2012 às 16:20)

“O nome “Procurador” é demais sugestivo. Como não tem nada a fazer, está sempre procurando bobagem e ocupando o tempo do magistrado, que vide, de modo geral, assoberbado de processos” (**Salvador V. da Conceição**, 28/02/2012 às 16:52)

“[...] que absurdo. Poderíamos fazer uma lista de assuntos pendentes no Brasil e enviar para esse procurador se preocupar” (**Cândida**, 29/02/2012 às 8:06)